Artigo 178 do Código Penal: entenda o crime e a fraude à execução

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 21/11/2026



O artigo 178 do Código Penal tipifica o crime de emissão irregular de conhecimento de depósito, caracterizado pela emissão ou entrega de documento sem autorização legal, com dolo de fraudar execução ou ocultar bens, com pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa.

Enfrentar uma investigação criminal envolvendo o **artigo 178 do Código Penal** gera dúvidas e apreensões sobre a gravidade da acusação e suas consequências penais. A emissão irregular de conhecimento de depósito, prevista neste dispositivo, configura crime contra a fé pública, com penas que incluem reclusão e multa.

É fundamental compreender com precisão os elementos do tipo penal, as hipóteses de dolo e as condições de consumação para garantir uma defesa técnica eficaz. O acompanhamento especializado assegura o respeito às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

A Ademilson Carvalho Advocacia Especializada é referência em Direito Penal e está preparada para oferecer suporte jurídico seguro, esclarecedor e focado na proteção dos direitos do investigado, réu ou seus familiares.

Conceito e bem jurídico tutelado no artigo 178 do Código Penal

O **artigo 178 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940)** tipifica o crime de emissão de conhecimento de depósito irregular, que consiste em emitir, fazer emitir ou entregar conhecimento de depósito sem anuência ou autorização legal, com o fim de fraudar a execução ou ocultar bens. Este delito visa proteger a **fé pública**, elemento essencial para a segurança das relações jurídicas e negociais envolvendo garantias reais e processos executórios.

O bem jurídico tutelado é, portanto, a **fé pública** e a **segurança jurídica** no âmbito das transações comerciais e processuais. A norma penal objetiva resguardar a confiança legítima nas informações documentais que circulam, prevenindo fraudes que possam comprometer a efetividade das decisões judiciais e o direito de credores em processos de execução.

Características fundamentais

- **Objeto material:** os documentos conhecidos como conhecimento de depósito, cuja emissão irregular fere a autenticidade e a validade.
- **Proteção da confiança:** a criminalização acentua a importância da confiança pública no sistema jurídico, essencial para a estabilidade das relações econômicas.
- **Instrumentalidade criminosa:** o conhecimento de depósito irregular é utilizado para fraudar credores, devedores, ou o próprio sistema judiciário.

Distinções dogmáticas

Importa destacar que o crime do artigo 178 não se confunde com a falsificação documental típica do artigo 297 do Código Penal, pois a irregularidade reside especificamente na emissão indevida do conhecimento de depósito, e não na criação ou

alteração fraudulenta do documento em si. Ademais, a tipificação enfatiza a finalidade fraudulenta relacionada à execução, o que o vincula diretamente à tutela do patrimônio e da ordem processual.

A compreensão acurada do conceito e do bem jurídico tutelado é indispensável para a adequada delimitação da imputação penal e para a formulação de estratégias defensivas que possam demonstrar ausência de dolo ou autorização regular. Ressalte-se que a incriminação serve não apenas para punir, mas para preservar a integridade do sistema jurídico e evitar prejuízos irreparáveis a terceiros.

Elementos objetivos e subjetivos: dolo, conduta e consumação

O crime previsto no **artigo 178 do Código Penal** exige a análise meticulosa de seus elementos objetivos e subjetivos para a correta caracterização da conduta típica. A conduta consiste na emissão, na autorização para emissão ou na entrega do conhecimento de depósito sem respaldo legal ou autorização competente, cujo propósito é fraudar a execução ou ocultar bens, atentando contra a segurança do processo e a fé pública.

Elementos objetivos

- **Conduta:** comportamento ativo que se manifesta na emissão fraudulenta do conhecimento de depósito, configurando uma ação voluntária e dirigida ao resultado ilícito.
- **Objeto material:** o conhecimento de depósito, um título ou documento de natureza jurídica que atesta a existência da mercadoria ou bem armazenado.
- **Resultado naturalístico:** ocorre com a efetiva entrega do conhecimento de depósito irregular, podendo causar prejuízo à parte interessada no processo executivo.
- **Consumação:** dá-se no momento da emissão ou entrega indevida do conhecimento, independentemente da

ocorrência do prejuízo efetivo, por se tratar de crime formal previsto em lei.

Elementos subjetivos

O tipo previsto no **artigo 178** é doloso, exigindo a intenção clara de fraudar, ou seja, o agente deve ter consciência e vontade da ilegalidade da emissão do conhecimento de depósito. O dolo implica saber que a documentação é irregular e, ainda assim, proceder à sua emissão para lesar credores ou burlar o processo.

Não cabe a forma culposa neste delito, pois a legislação pressupõe o propósito deliberado para a prática da conduta. A prova do dolo pode ser extraída das circunstâncias do caso, provas documentais, depoimentos e da análise da cadeia documental conservada.

Questões práticas relevantes

- **Formas de execução:** podem variar desde a falsificação parcial até a emissão sem qualquer lastro documental, desde que com a finalidade fraudulenta.
- **Possibilidade de tentativa:** admite-se a tentativa, bastando a demonstração dos atos inequívocos de início de execução do ilícito penal.
- **Importância da prova técnica:** exame pericial documental e análise da cadeia de custódia são essenciais para identificar irregularidades e responsabilidade.

Pena prevista, regimes, agravantes e causas de aumento



O **artigo 178 do Código Penal** prevê a pena de **reclusão de 1 a 4 anos**, além de multa, atendendo à gravidade do delito que atenta contra a fé pública e a segurança das execuções judiciais. A pena privativa de liberdade pode ser cumprida inicialmente em regime fechado, semiaberto ou aberto, dependendo das circunstâncias judiciais, antecedentes e quantidade da pena aplicada.

Regimes de cumprimento

- **Regime fechado:** aplica-se nos casos de condenação a pena superior a 8 anos ou agravantes que justifiquem a maior restrição da liberdade.
- **Regime semiaberto:** comum para penas entre 4 e 8 anos, podendo conceder progressão de regime conforme o comportamento e cumprimento de requisitos legais.
- **Regime aberto:** possível para pena igual ou inferior a 4 anos e em caso de primariedade, mediante solicitação fundamentada.

Agravantes e causas de aumento

A pena poderá ser aumentada mediante a incidência de causas específicas, a saber:

- **Reincidência:** previsto no **artigo 63 do Código Penal**, aumenta a pena em um terço até metade;
- **Cometimento do crime mediante abuso de confiança:** eleva a reprovabilidade da conduta, podendo ser considerada na dosimetria;
- **Fraude de grande repercussão econômica:** a valoração negativa do impacto pode ser considerada para aumento da pena;
- **Prática em conluio ou com participação de terceiros:** concorrência de agentes pode agravar a pena conforme o **artigo 29 do Código Penal**.

Causas de diminuição e circunstâncias atenuantes

- **Confissão espontânea:** atenua a pena conforme o **artigo 65, III, ‘d’** do Código Penal;
- **Ausência de antecedentes criminais:** melhora o perfil do réu na dosimetria;
- **Reparação do dano antes da sentença:** pode ser considerada para atenuação da pena;
- **Participação secundária:** redução proporcional da pena se o agente teve papel acessório.

Jurisprudência consolidada do STF e STJ sobre o delito do artigo 178

O entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o delito previsto no **artigo 178 do Código Penal** tem sido consolidado no sentido de reprimir a emissão irregular do conhecimento de depósito como

prática que compromete a dignidade da fé pública e a efetividade do processo executivo.

Posição do Supremo Tribunal Federal (STF)

O STF destaca que a tutela penal dada pelo artigo 178 visa preservar a confiança nas relações jurídicas documentais, sendo inadmissíveis interpretações que desconsiderem a finalidade fraudulenta da conduta. Em diversas decisões, o tribunal salientou a necessidade de comprovação do dolo específico para a imputação, afastando condenações baseadas em meras irregularidades formais ou erros administrativos.

Além disso, o STF tem reforçado a aplicação das garantias constitucionais, como o contraditório e a ampla defesa, ressaltando que a prova robusta é indispensável para a condenação por tal crime, especialmente em face do potencial impacto da imputação.

Posição do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

1. **Jurisprudência dominante:** o STJ consolidou o entendimento de que o dolo deve estar orientado à fraude contra credores na execução, não se admitindo tipificação quando estiver ausente esta finalidade.
2. **Súmulas e precedentes:** embora não haja súmula específica sobre o artigo 178, o tribunal tem aplicado teses relacionadas à fraude à execução e documentos falsificados com rigor quanto à prova do elemento subjetivo.
3. **Dosimetria e critérios:** o STJ contribui para a uniformização na dosimetria da pena, ponderando agravantes, como a participação de vários agentes ou prejuízo de maior monta, e atenuantes como cooperação premiada ou confissão.

Implicações práticas

O conhecimento dessas orientações jurisprudenciais é fundamental para estratégias de defesa, especialmente na contestação do dolo e na aferição da legalidade da documentação apresentada. A atuação técnica visa garantir que imputações sem lastro probatório não submetam o investigado a penalidades indevidas.

Estratégias de defesa, nulidades processuais e importância do advogado criminalista

A defesa técnica no **artigo 178 do Código Penal** exige abordagem minuciosa e estratégica, voltada à demonstração da ausência de dolo ou à ausência dos elementos objetivos do tipo penal. A atuação do advogado criminalista é imprescindível para identificar nulidades processuais que possam macular a regularidade da persecução penal, além de formular teses que desclassifiquem o delito ou afastem a tipicidade da conduta imputada.

Teses defensivas principais

- **Ausência de dolo:** comprovar que o agente não possuía intenção fraudulenta, podendo ter agido por erro justificável ou na convicção equivocada da regularidade do conhecimento de depósito.
- **Autorização e legalidade:** demonstrar que a emissão do documento ocorreu com autorização válida, afastando o elemento típico da ilicitude.
- **Desclassificação:** argumentar a ausência da finalidade fraudulenta ou que a conduta amolda-se a outra infração penal de menor gravidade, reduzindo as consequências penais.
- **Nulidades processuais:** identificar vícios na instrução,

como quebra indevida do sigilo bancário, ausência de contraditório, ou irregularidades na cadeia de custódia documental, que comprometam a prova e invalidem a condenação.

Importância do advogado criminalista

O acompanhamento especializado assegura o respeito integral às garantias constitucionais do investigado, contribuindo para a realização da melhor estratégia no âmbito da defesa criminal. O advogado qualificado atua desde o início da investigação policial, produzindo provas favoráveis, requerendo diligências e apresentando embargos ou recursos cabíveis.

A expertise técnica viabiliza a análise detalhada dos autos e a identificação de falhas cruciais que possam resultar na absolvição ou na redução da pena. A atuação preventiva e proativa aumenta significativamente as chances de sucesso em processos envolvendo o crime previsto no **artigo 178 do Código Penal**.

A importância da defesa técnica estratégica diante das imputações do Código Penal

A correta interpretação do **Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940)** é essencial para garantir que nenhum investigado ou réu sofra condenação injusta ou pena desproporcional. Questionar de forma rigorosa as qualificadoras, nulidades processuais e a correta aplicação do tipo penal protege a eficácia do devido processo legal e reforça o princípio da legalidade.

Uma defesa técnica sólida atua preventivamente, identificando elementos que possam afastar a tipicidade ou demonstrar ausência de dolo, evitando condenações automáticas ou

arbitrárias. Essa precaução é especialmente necessária em casos complexos envolvendo fraudes e crimes contra a fé pública, como os previstos no artigo 178 do Código Penal.

Se você está sob investigação, responde a processo penal ou tem familiares enfrentando essa situação, é fundamental buscar orientação especializada desde as primeiras fases do procedimento. A atuação de um advogado criminalista experiente assegura a construção de uma linha de defesa eficaz e personalizada.

Conte com a experiência da Ademilson Carvalho Advocacia Especializada. Faça uma consulta com um advogado especialista em defesa criminal para entender seus direitos e proteger sua liberdade com segurança jurídica e estratégia técnica apurada.

FAQ – Dúvidas frequentes sobre o artigo 178 do Código Penal e defesa criminal

Qual a conduta tipificada no artigo 178 do Código Penal?

O artigo 178 tipifica o crime de emissão de conhecimento de depósito irregular, quando alguém emite, faz emitir ou entrega documento sem autorização legal, com o intuito de fraudar execução judicial ou ocultar bens. Trata-se de crime formal que atenta contra a fé pública, sendo indispensável comprovar dolo específico para a configuração do tipo penal.

Quais são as penas previstas no artigo 178 e como se dá a dosimetria?

A pena prevista é de reclusão de 1 a 4 anos, além de multa. A dosimetria deve considerar agravantes como reincidência, fraude com grande repercussão econômica ou prática em conluio.

Atenuantes incluem confissão espontânea e reparação do dano. O regime inicial varia conforme a pena aplicada e circunstâncias judiciais, podendo ser fechado, semiaberto ou aberto.

Existe risco de prisão preventiva para quem é investigado por este crime?

A prisão preventiva não é automática e deve ser fundamentada, observando requisitos do artigo 312 do CPP, como garantia da ordem pública ou conveniência da instrução. Em geral, se o investigado for primário, possuir residência fixa e não apresentar riscos concretos, poderá responder em liberdade, cabendo medidas cautelares alternativas e eventual fiança.

É possível celebrar acordo penal para crimes do artigo 178 do Código Penal?

Sim, desde que o crime seja de menor potencial ofensivo, sem violência, e a pena mínima cominada não ultrapasse 4 anos, pode ser proposta a celebração de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). Isso possibilita ao investigado cumprir condições alternativas e evitar processo criminal, desde que aceite formalmente as condições e confesse a autoria.

Quais estratégias a defesa pode utilizar para afastar a tipicidade do artigo 178?

A defesa pode demonstrar ausência de dolo específico, provar a regularidade da emissão do conhecimento de depósito ou que houve autorização legítima. Ademais, impugnar provas obtidas com irregularidades, questionar a cadeia de custódia documental e apontar nulidades processuais são essenciais para fragilizar a acusação e buscar a absolvição ou desclassificação do delito.

Qual a importância da atuação do advogado desde o inquérito policial?

A intervenção do advogado criminalista desde o início protege direitos fundamentais do investigado, assegura a legalidade na obtenção das provas e evita constrangimentos ilegais. O advogado atua para garantir ampla defesa, prepara estratégias personalizadas e acompanha todos os atos processuais, fundamental para minimizar riscos e construir uma linha defensiva robusta contra as imputações do artigo 178.

Fale com um especialista